

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Cultura à vista	2
Título: Violência leva prefeito de Angra a decretar calamidade pública	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Eletrobras aprova edital para vender R\$ 3,1 bilhões em participações	4
Título: Aneel aprova divisão de distribuidora da Eletrobras no AM	5
Título: Licenciamento de linha de energia em RR será ‘fatiado’	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Em questionário, PF indaga Temer sobre Odebrecht.....	6
Título: Aneel aprova três reajustes de energia acima de 15%	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Postos mantêm valor	9
Título: Aprovada cisão da Amazonas Energia	10
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Royalties do petróleo puxam arrecadação	10
Título: Saída para leilão de distribuidora está com Planalto, diz AL	12
Título: STF: Barroso permite que PF cruze dados de inquéritos sobre Temer.....	13
Título: Energia de carvão deve cair, apesar do apoio de Trump.....	14
Título: Leilão de carvão é um retrocesso	16
Título: Siderúrgicas decidem ir à Justiça para impedir corte no Reintegra.....	19
Título: Destaques	21
Título: Distribuidoras reportam alta no consumo no 2º tri	21
Título: Aneel aprova desverticalização da Amazonas Energia	23

Título: Gestora GTIS escolhe o Brasil para estreia em energia 24

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Cultura à vista

A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento deve aprovar hoje a retomada das obras do Museu de Imagem do Som, na Praia de Copacabana, que estão paradas desde setembro de 2016. É só o que falta para que o Banco Interamericano de Desenvolvimento libere os recursos. “Vencida essa etapa, espero começar as obras que faltam em 30 dias”, diz Pezão, que cumpriu uma via-crúcis para destravar a grana, incluindo conversas com Luis Alberto Moreno, presidente do BID, e ajuda do governo federal, por meio do **Ministro Moreira Franco**.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/08/2018

Seção: Rio

Autor: Gustavo Goulart

Título: Violência leva prefeito de Angra a decretar calamidade pública

Moradores sofrem com os confrontos entre traficantes rivais em favelas às margens da Rio-Santos; cidade estuda ainda pedir à Justiça fechamento das usinas nucleares

A onda de violência em Angra dos Reis, famoso balneário na Costa Verde, chegou ao limite para o prefeito Fernando Jordão (PMDB), que decretou ontem estado de calamidade pública na segurança do município. A disputa por território entre facções rivais em favelas às margens da Rodovia Rio-Santos (BR-101), está aterrorizando a população. Na noite de segunda-feira, pela primeira vez na cidade, um ônibus foi incendiado por traficantes na estrada em frente à comunidade Belém, em Japuiba.

— Também estamos estudando medidas para ingressar na Justiça Federal com o pedido de desligamento das usinas nucleares. Não faz sentido elaborar um plano de evacuação de emergência da cidade (em caso de acidente nuclear), quando bandidos ameaçam invadir instalações das usinas para fazer o que quiserem. Já estive duas vezes em Brasília, alertando para o problema, e ninguém não fez nada—disse o prefeito de Angra, que foi ontem ao gabinete do interventor federal, o general Braga Netto, para pedir reforço no combate à violência na cidade.

Um áudio com supostos traficantes ameaçando invadir as usinas circula pelas redes sociais. Segundo o prefeito, em janeiro deste ano, criminosos entraram na vila onde moram funcionários da central nuclear e roubaram dinheiro de dois caixas eletrônicos. Na opinião de Jordão, esses casos expõem a vulnerabilidade das usinas diante do aumento da criminalidade. Ele estima ainda que essa situação já provocou uma queda de 40% no turismo em Angra.

O estado de calamidade é o nível mais grave de atenção possível em âmbito municipal ou estadual. Segundo decreto presidencial de 2010, ele é usado quando há um problema que o município ou o estado não consegue resolver por conta própria. Além de recursos financeiros, a União pode enviar equipes da Força Nacional e solicitar a cooperação de regiões vizinhas.

O motorista do ônibus incendiado relatou que cinco pessoas armadas com fuzis interceptaram o veículo. Os bandidos ordenaram que os passageiros e o motorista descessem antes de atear fogo ao veículo. No início da tarde de ontem, uma equipe do GLOBO constatou a presença de um homem armado com fuzil na Belém. Ele observava a movimentação na Rio-Santos.

FUZIS CHEGAM DO RIO

Traficantes do Rio têm levado fuzis em grande quantidade para Angra, segundo um agente da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

—Todo bandido aqui tem um fuzil. Nunca troquei tanto tiro como aqui. Quando a gente sai em socorro a algum acidentado na rodovia, os criminosos de comunidades da BR-101 atiram sem dó nem piedade —contou.

Moradores da comunidade Belém estão desde sábado acuados pelos confrontos entre traficantes do Comando Vermelho e do Terceiro Comando Puro.

— Está todo mundo amedrontado. As crianças têm olhos de tristeza e de terror profundos. Moro há quatro anos aqui e, de uns dois meses para cá, nunca vi uma situação tão complicada — contou uma moradora.

Na tarde de ontem, agentes do Núcleo de Polícia Marítima da Polícia Federal fizeram uma operação na BR-101, em conjunto com agentes da PRF. Um homem com um mandado de prisão por homicídio foi capturado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Eletrobras aprova edital para vender R\$ 3,1 bilhões em participações

Leilão de ativos de geração eólica e de transmissão faz parte do plano de reduzir dívida da estatal

São Paulo - A diretoria executiva da Eletrobras aprovou o edital de venda de 71 participações societárias que detém nas chamadas SPEs (Sociedades de Propósito Específico). O leilão está agendado para 27 de setembro na B3, a bolsa paulista.

O preço mínimo para a venda dos ativos é de R\$ 3,1 bilhões, segundo a estatal.

As participações serão agrupadas em 18 lotes, dos quais dez são de empreendimentos de transmissão de energia e outros oito de geração eólica.

A venda tem como objetivo levar a alavancagem financeira (relação entre dívida líquida e geração de caixa) da empresa a "patamares usualmente praticados pelo mercado", afirmou a Eletrobras, em comunicado ao mercado divulgado nesta terça-feira (21).

O leilão faz parte de um plano de venda de ativos desenvolvido pela gestão atual da companhia com o objetivo de reduzir seu endividamento, que já vem em queda.

Ao fim de 2016, a dívida líquida da estatal era de cerca de R\$ 23,4 bilhões, valor que caiu para R\$ 20,3 bilhões no ano seguinte e, ao fim de junho, era de R\$ 17,6 bilhões.

A companhia tenta ainda transferir cinco distribuidoras de energia —em julho, conseguiu vender a Cepisa (do Piauí) à Equatorial Energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Aneel aprova divisão de distribuidora da Eletrobras no AM

A privatização da Amazonas Energia, distribuidora da Eletrobras cuja venda é considerada mais complexa, teve um avanço nesta terça-feira (21).

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou a divisão da companhia em duas: a Eletrobras Distribuição Amazonas, que deverá ser vendida, e a Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia, que continuará parte da estatal.

O processo, que já havia sido determinado por lei, demorou a sair por falta de acordo sobre os contratos de compra de combustível para a geração de energia no estado.

Hoje, a Eletrobras tem uma dívida com a Petrobras referente a essa compra de combustíveis — o valor sem garantia de fundos setoriais é de R\$ 17 bilhões.

As estatais demoraram a firmar um acordo e, mesmo após um consenso, ainda houve questionamentos por parte da Cigás (distribuidora de gás do Amazonas), o que retardou o processo.

A aprovação da divisão da empresa viabiliza o leilão da distribuidora do estado, marcado para 26 de setembro.

Além disso, permite que a empresa continue recebendo recursos da chamada CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, um encargo incluso na conta de luz dos consumidores), "sem os quais não seria viável manter a operação da empresa", segundo relatório da Aneel.

Apesar do avanço, o leilão da empresa e de outras quatro distribuidoras da Eletrobras ainda sofrem com entraves.

De um lado, sindicatos do setor tentam barrar judicialmente as privatizações.

De

outro, o governo tenta aprovar, no Senado, um projeto de lei que viabiliza a venda das companhias no Norte do país.

Há ainda o caso da Ceai, subsidiária em Alagoas, cujo leilão está travado por uma liminar do STF (Supremo Tribunal Federal).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2018

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Licenciamento de linha de energia em RR será 'fatiado'

São Paulo - O presidente Michel Temer decidiu fatiar o processo de licenciamento ambiental de uma linha de transmissão de energia que conectará o estado de Roraima ao sistema elétrico brasileiro.

O processo enfrentava dificuldades devido à resistência de uma comunidade indígena, que teria suas terras cruzadas pelo empreendimento.

Com a medida, a expectativa é que seja possível iniciar em breve a construção de ao menos parte do linhão.

O projeto é visto como importante para aumentar a segurança energética e acabar com frequentes blecautes em Roraima, abastecida atualmente com importações de energia da Venezuela e termelétricas caras e poluentes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/08/2018

Seção: Político

Autor: Naira Trindade Fabio Serapião / BRASÍLIA Julia Affonso

Título: Em questionário, PF indaga Temer sobre Odebrecht

Delegado federal investiga relação do MDB com executivos da empreiteira, que em delação citaram "apoio financeiro" para o partido

A Polícia Federal enviou 20 perguntas ao presidente Michel Temer com base em delações premiadas de executivos da Odebrecht. Em depoimento, eles relataram detalhes de reunião que teria ocorrido no Palácio Jaburu quando o emedebista ocupava a Vice-Presidência na gestão Dilma Rousseff (PT). O inquérito investiga suposto apoio financeiro da empreiteira à campanha do MDB nas eleições de 2014. "Vossa Excelência foi aquinhoado com alguma

parcela desses valores?", questionou o delegado federal Thiago Machado Delabary, em documento com data de 7 de agosto.

Esta é a segunda vez que a PF envia perguntas a Temer – a primeira foi no inquérito dos Portos. Em decisão publicada na sexta-feira passada, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso atendeu a um pedido da PF e autorizou que provas colhidas na investigação dos Portos sejam compartilhadas com o inquérito que apura suposto repasse de R\$ 10 milhões Odebrecht ao MDB.

No questionário, o delegado assinalou que algumas perguntas já haviam sido enviadas "e, muitas delas, respondidas". Segundo aliados, Temer, assim como no inquérito dos Portos, se sentiu hostilizado com algumas questões, as quais reputou como "ofensivas" e "invasivas". Temer já declarou ter participado do jantar no Jaburu, mas nega que os participantes tenham falado em dinheiro.

"Alguns executivos da Odebrecht afirmaram, no âmbito de seus respectivos acordos de colaboração, que, em meio à segunda rodada de concessões de aeroportos, receberam do **ministro Moreira Franco** solicitação de apoio financeiro à campanha do PMDB, o que teria redundado na disponibilização de R\$ 4 milhões pela construtora, em recursos não contabilizados. Vossa Excelência teve ciência da solicitação e do encaminhamento dos valores? Vossa Excelência foi destinatário de alguma fração desses valores?", perguntou o delegado. "Não tenho a menor ciência do aporte desses recursos. Em razão deste fato, descabida a segunda parte da questão", respondeu Temer.

Na pergunta 4, o delegado faz menção ao jantar. "Vossa Excelência participou de jantar realizado no Palácio do Jaburu, em maio de 2014, no qual estiveram presentes Marcelo Odebrecht e Cláudio Melo Filho? Em caso de resposta afirmativa, quem mais participou do evento, qual o propósito de sua realização e o que foi efetivamente tratado?" Temer respondeu: "Deu-se o jantar. Além dos mencionados na pergunta, o ministro Eliseu Padilha. Marcelo Odebrecht comunicou que iria colaborar com vários candidatos do PMDB, o que fez oficialmente por meio do partido".

Outras indagações citam o advogado José Yunes, amigo de Temer e alvo da Operação Skala. "Conheço-o desde os tempos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco", respondeu o presidente. A defesa de Temer afirmou que não comentaria. Moreira Franco disse que "jamais tratou de recursos de campanha com qualquer empresário". Procurado, Yunes não se manifestou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/08/2018****Seção: Mercado****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Aneel aprova três reajustes de energia acima de 15%**

O maior deles, de 24,42%, será aplicado pela Elektra e vai afetar 6 milhões de pessoas em cidades de São Paulo e Mato Grosso do Sul

O esvaziamento dos principais reservatórios do País em decorrência da seca dos últimos anos volta a pesar na conta de luz do consumidor. Ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um reajuste de 24,42% na conta de luz de consumidores da Elektra, distribuidora que leva energia para 6 milhões de pessoas em 223 municípios de São Paulo e 5 de Mato Grosso do Sul. O aumento, que supera em mais de quatro vezes a inflação total prevista para este ano, passa a ser aplicado a partir do dia 27 deste mês.

Trata-se do maior aumento concedido neste ano pela agência reguladora. Para a população do Estado da Paraíba, atendida pela Energisa, o reajuste será de 15,73%, na tarifa, enquanto os consumidores da Cemar, em 217 municípios do Maranhão, terão reajuste de 16,94%. As decisões sobre os reajustes anuais foram aprovadas por unanimidade pela diretoria da agência reguladora.

Falta de chuva.

A escassez hídrica é apontada pela Aneel como o principal fator que puxou os reajustes das distribuidoras.

O chamado “risco hidrológico” é uma conta que precisa ser paga por todos os agentes do setor elétrico, quando há frustração de geração hidrelétrica. Isso leva à necessidade de se utilizar a geração térmica, que é bem mais cara. Na prática, o rombo sobra para o consumidor final, que tem de cobrir esse custo por meio da conta de luz.

A adoção do regime de “bandeira tarifária”, com cobrança extra do consumidor, tinha justamente o propósito de financiar esses custos extras. Ocorre que a baixa geração hidrelétrica criou um passivo bilionário nos últimos anos, um déficit que as bandeiras não conseguiram cobrir. A Agência Nacional de Energia Elétrica havia desenhado um cenário em que 95% das situações de crise poderiam ser bancadas com o pagamento recolhido pelas bandeiras, mas o cenário crítico das chuvas superou as piores expectativas, deixando esse rombo de arrecadação no setor.

Há três meses, o consumidor brasileiro tem bancado a taxa extra pela bandeira vermelha, mas há custos do ano passado que não foram cobertos. No início deste ano, o custo acumulado do risco hidrológico era de R\$ 4,5 bilhões. Neste mês, esse déficit é de R\$ 2,6 bilhões.

‘Regime de cota’.

Outro fator que puxou os reajustes atuais é o aumento do custo de aquisição de energia das usinas hidrelétricas que operam pelo “regime de cota” de garantia física de hidrelétricas.

Essa energia das hidrelétricas que tiveram suas concessões vencidas e que foram novamente leiloadas pelo governo tinha, até julho deste ano, o preço de R\$ 64,62 o megawatt-hora. Esse valor, no entanto, foi reajustado para R\$ 101,18 o megawatt-hora, causando impacto no caixa das distribuidoras de energia elétrica e, consequentemente, na conta de luz da população.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/08/2018

Seção: Economia

Autor: Alessandra Paulino

Título: Postos mantêm valor

A Petrobras elevou mais uma vez o preço da gasolina comercializada nas refinarias. Com isso, o preço médio do litro do combustível A sem tributo passou de R\$ 1,9762 para R\$ 1,9940 hoje. Na segunda-feira, a petroleira havia aumentado o preço do derivado de petróleo em 0,89%. O diesel, por sua vez, segue inalterado com o valor de R\$ 2,0316, desde 1º de junho, quando a estatal reduziu em R\$ 0,07 o preço.

Apesar da alta, o consumidor do DF ainda pode abastecer com valor antigo, já que o reajuste não chegou nas bombas. Em alguns postos da Estrada Parque Taguatinga (EPTG), é possível encontrar gasolina a R\$ 4,20, enquanto que, em estabelecimentos do Plano Piloto, os valores variam de R\$ 4,25 a R\$ 4,79.

A diferença pode resultar em uma boa economia. Por isso, a editora Ellen Cristina, 48 anos, aproveita o caminho da academia para abastecer o carro. “Quando passo em postos em que a gasolina está a R\$ 4,20, abasteço. Com isso consigo economizar até R\$ 0,30 por litro”, contou. Para poupar tempo quando a fila está grande, ela opta por encher o tanque com etanol que, em alguns estabelecimentos, torna a economia ainda maior.

Desde julho de 2017, a política de preços da Petrobras prevê que o valor dos combustíveis varia de acordo com a cotação internacional, o custo de importação e a variação do dólar. Desde o início da nova política de preços, o valor da gasolina nas refinarias acumula alta de 51,74% e o do diesel, tem valorização de 49,92%.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/08/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Aprovada cisão da Amazonas Energia

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a desverticalização da Amazonas Energia. Das cinco subsidiárias da Eletrobras à venda, é a única que detém ativos de geração e transmissão. A decisão permite a cisão da empresa e viabiliza a privatização da Amazonas Distribuidora, cujo leilão está marcado para 26 de setembro. A desverticalização já havia sido determinada por lei, mas precisava de acordo sobre o contrato de compra de combustíveis. Com a decisão, a distribuidora continuará a receber recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para bancar a oferta de energia em áreas isoladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

Título: Royalties do petróleo puxam arrecadação

O aumento do preço do petróleo no mercado internacional tem tornado os royalties pagos pelo setor um item mais relevante nas receitas públicas este ano. Levantamento do **Valor** mostra que a participação da rubrica na receita total é a mais alta em pelo menos oito anos. Nos Estados, a arrecadação com os valores pagos pelas empresas produtoras para ter direito à exploração também cresce.

Enquanto a receita com impostos administrados pela Receita Federal cresceu 6% no primeiro semestre (na comparação com o mesmo período em 2017), a arrecadação com royalties de petróleo subiu 40% e atingiu R\$ 22,9 bilhões.

O recolhimento com royalties e participações especiais representa 3,4% da receita total do país, o dobro do registrado há dois anos e o maior pelo menos desde 2010, quando os dados passaram a ser divulgados nos relatórios da Receita Federal.

As receitas de óleo e gás estão mais elevadas neste ano, principalmente devido ao aumento dos preços no mercado internacional. A cotação do barril do tipo Brent, usado como referência pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), subiu 62% em um ano e chegou a US\$ 79,23 ao fim de junho.

O valor arrecadado poderia ser ainda maior não fosse a queda na produção. Mesmo com o produto mais valorizado, dados da ANP mostram que o país produziu no primeiro semestre 1,2% menos petróleo que em igual período de 2017.

O aumento de receitas de royalties tem ajudado a compensar parcialmente o impacto que a redução das estimativas de crescimento para ano teve sobre a arrecadação. Em julho, por exemplo, o governo cortou a previsão de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5% para 1,6%.

Nos relatórios de avaliação de receitas e despesas do governo, a estimativa de receita total do país em 2018 subiu R\$ 21,5 bilhões de fevereiro a julho, para R\$ 1,48 trilhão. Cerca de um terço da alta (R\$ 7,4 bilhões) refere-se à rubrica de recursos naturais (basicamente petróleo), que passou para R\$ 58,8 bilhões.

No curto prazo, técnicos do governo e até economistas de mercado não veem com preocupação um eventual crescimento da dependência da União de receitas sujeitas às oscilações de mercado. O entendimento é que o teto de gastos cria uma "blindagem" que impede que as despesas acelerem. A preocupação maior é no caso dos Estados, onde a melhora - não necessariamente duradoura - pode acabar impulsionando despesas.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, defende que tribunais de contas estaduais estabeleçam regras para impedir o direcionamento dessa arrecadação a custos correntes. "O que não pode é usar a receita de royalties, que é algo que flutua muito, para financiar despesa permanente. Porque corre-se o risco de, quando ela cair, abrir um buraco", afirmou ao **Valor**.

Especialistas sugerem a criação de mecanismos que possam fazer um tipo de proteção para que as contas públicas não sejam tão afetadas pela oscilação dos preços internacionais. Alguns países como Chile e México já fazem algum tipo de "hedge".

Fabio Klein, economista da Tendências Consultoria, ressaltou que, no país, mesmo que a arrecadação cresça, não há espaço para que os gastos

acompanhem o mesmo ritmo, mas que mesmo assim poderia se criar um mecanismo para administrar a oscilação do preço do petróleo. Ele lembrou, por exemplo, que poderiam ser criados fundos estabilizadores, para investimento em infraestrutura ou até soberano.

Os Estados já receberam R\$ 11,9 bilhões em royalties até julho. O valor representa um crescimento de 34,8% em relação a igual período do ano passado. De acordo com dados da ANP, o principal beneficiado é o Rio de Janeiro, com R\$ 1,52 bilhão. Em seguida, vêm Espírito Santo (R\$ 375 milhões) e São Paulo (R\$ 289 milhões). Esse valor não considera as chamadas participações especiais, compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários em campos de grande volume de produção.

Somando royalties e participações especiais, a receita de São Paulo, por exemplo, sobe para R\$ 1,7 bilhão no ano, o que representa 43% mais que no mesmo período do ano anterior. Do total captado até o momento, R\$ 989,1 milhões foram destinados ao governo do Estado e R\$ 734,3 milhões aos municípios. "Esses recursos são fundamentais, ainda mais nesse momento de retomada da atividade econômica onde a arrecadação ainda está em um nível baixo", afirmou em nota o secretário de Energia e Mineração, João Carlos Meirelles. Em 2017, os royalties e participações especiais captados por São Paulo ficaram em R\$ 2,5 bilhões. A estimativa do governo paulista é de que em 2018 esse valor passe dos R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Saída para leilão de distribuidora está com Planalto, diz AL

O governo do Alagoas e a União continuam negociando uma solução para destravar o leilão da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), distribuidora da Eletrobras no Estado. Segundo o secretário da Fazenda de Alagoas, George Santoro, há uma proposta na mesa e o governo estadual aguarda uma posição do governo federal. Ele não revelou detalhes sobre a proposição.

A privatização da Ceal está suspensa por liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, a pedido do governo alagoano.

No centro da discussão está o valor atual entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,7 bilhão que o governo alagoano entende ainda ter a receber da União, pela transferência do

controle da Ceal para a Eletrobras, em 1996. A quantia possibilitaria um abatimento da dívida do Estado com a União da ordem de 20%.

Na época, o governo alagoano enfrentava grave crise financeira. Foi acertada então a transferência da Ceal para a União por R\$ 450 milhões. Desse total, R\$ 250 milhões foram adiantados antes do leilão da distribuidora. O restante (R\$ 200 milhões) seria acertado após o leilão da empresa.

O problema, no entanto, foi que o leilão em 1998 não foi bem-sucedido. Segundo Santoro, existe uma discussão jurídica se houve de fato uma venda, quando a distribuidora foi transferida para a União e passou a ser controlada pela Eletrobras, o que implicaria na obrigação da quitação imediata da última parcela do negócio, que a valor de hoje seria de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,7 bilhão. Esse montante significaria um abatimento da ordem de 20% da dívida atual do Estado com a União, de cerca de R\$ 7 bilhões.

Para a União, é importante solucionar o impasse relativo à Ceal no STF, para viabilizar o leilão da distribuidora. No próximo dia 30, está previsto o leilão das distribuidoras Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Eletroacre.

Ontem a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a segregação dos ativos de distribuição dos de geração e transmissão da Amazonas Energia. Com isso, os ativos de distribuição da companhia poderão ser privatizados. Caso o governo decida licitar a empresa também no dia 30 de agosto, terá de publicar novo comunicado incluindo a Amazonas Energia no leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2018

Seção: Política

Autor: Luísa Martins e Isadora Peron | Valor

Título: STF: Barroso permite que PF cruze dados de inquéritos sobre Temer

BRASÍLIA - Para elaborar o relatório policial sobre o envolvimento do presidente Michel Temer em esquema de propina da Odebrecht a políticos do MDB, a Polícia Federal (PF) poderá levar em conta informações colhidas em outro inquérito: o que apura suposta fraude na edição do decreto dos portos, no qual o presidente também é um dos investigados.

A medida foi autorizada pelo relator do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, depois que a PF pediu o compartilhamento de provas do inquérito dos portos para subsidiar a apuração sobre um repasse

de R\$ 10 milhões da empreiteira acertado durante jantar no Palácio do Jaburu, em 2014. Esse caso está sob relatoria do ministro Edson Fachin.

“Como se sabe, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite que elementos informativos de investigação criminal ou provas colhidas no bojo de instrução penal, ainda que sigilosos, possam ser compartilhados para fins de instruir outro processo criminal, inquérito civil ou procedimento administrativo disciplinar. Esse o quadro, defiro o compartilhamento pleiteado”, escreveu Barroso.

Temer é suspeito de ter favorecido a empresa Rodrimar ao editar o decreto dos portos, o que ele nega. Em relação ao jantar no Jaburu, também são investigados os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e **Moreira Franco (Minas e Energia)**. Todos também negam ter acertado a propina com o herdeiro da empreiteira, Marcelo Odebrecht, em troca de favorecer os interesses da empresa na Secretaria de Aviação Civil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2018

Seção: Internacional

Autor: Ed Crooks | Financial Times, de Nova York

Título: Energia de carvão deve cair, apesar do apoio de Trump

A geração de energia elétrica a partir do carvão provavelmente vai diminuir nos EUA nas próximas duas décadas, mesmo com a tentativa do governo Donald Trump de aliviar o fardo regulatório sobre o setor. É o que apontam projeções oficiais.

As estimativas foram divulgadas ontem, juntamente com a nova política da Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês), mais leve em relação às emissões de dióxido de carbono a partir da geração de eletricidade.

O estudo sugere que, apesar da promessa de Trump de "trazer o carvão de volta" aos EUA, a mudança regulatória de seu governo provavelmente só conseguirá suavizar o ritmo de declínio.

A EPA apresentou propostas para substituir o Plano de Energia Limpa (CPP), do governo Barack Obama, por uma nova abordagem conhecida como regra da Energia Limpa Disponível. Ela abandona os limites às emissões pelos Estados que foram estabelecidos sob o CPP e se concentra na melhoria da eficiência individual das usinas de carvão, em vez de olhar para o sistema de elétrico como um todo.

Autoridades da EPA disseram que seu plano está em conformidade com as exigências da Lei do Ar Limpo de controle de poluição, enquanto que a estratégia mais ambiciosa do governo Obama se baseava no "excesso" de regras.

Bill Wehrun, administrador assistente do Escritório do Ar e da Radiação, da EPA, disse que a ascensão da energia gerada a partir do gás e das energias renováveis significa que o mundo mudou significativamente desde que o presidente Barack Obama anunciou o CPP em 2015, e essas tendências deverão continuar moldando o setor elétrico nos EUA.

O CPP não chegou a entrar em vigor. Foi suspenso pela Suprema Corte em 2016, mas a expectativa era que ajudaria a acelerar o fechamento das usinas de carvão.

A EPA divulgou projeções levando em conta a implementação de suas regras. O estudo mostrou que a geração de energia pelo carvão poderia ser até 13,1% maior em 2030 do que se o CPP tivesse sido implementado. Mas mesmo esse cenário significaria uma queda de 19% na geração de energia a partir do carvão, comparado aos níveis de 2017. Se o CPP tivesse permanecido, a queda na geração de energia a partir do carvão seria de 29% até 2030.

Ativistas ambientais destacaram a expectativa de aumento nas mortes prematuras como resultado do funcionamento das usinas de carvão por mais tempo. A EPA mostrou uma série de estimativas sugerindo que em 2030 poderá haver entre 350 a 1.080 mortes adicionais decorrentes da poluição do ar, em relação ao número caso o CPP tivesse sido preservado. O número anual de mortes decorrentes da poluição atmosférica é estimado em cerca de 140.000, só de pessoas com 65 anos ou mais.

A produção de carvão dos EUA deverá ser 8,5% maior em 2030 do que sob o plano do governo Obama, mas os números implicam numa queda contínua em relação aos atuais níveis.

Outros indicadores mostram um impacto limitado do novo plano. Os preços da eletricidade no varejo estão projetados para serem apenas 0,4% menores até 2030, comparado aos níveis que se teria se o plano do governo Obama tivesse sido implementado, e neste caso os preços não mudariam.

As projeções apontam também para poucas diferenças nas emissões. Sob o CPP, as emissões de carbono do setor de energia dos EUA cairiam, segundo as projeções, 36% até 2030 em relação aos níveis de 2005. Sob a regra da Energia Limpa Disponível, as projeções apontam para uma queda de 33% a 34%.

Segundo James Lucier, da Alpha Partners, os investidores darão pouca atenção ao plano do governo Trump. "O impacto sobre as companhias públicas será de marginal a nulo", escreveu ele em nota a clientes. "A redução da geração de energia por meio da queima de carvão é motivada por fundamentos econômicos, e não por decisões regulatórias."

Em certas condições de mercado, as novas regras poderão levar à permanência da geração de energia pelo carvão por mais tempo do que se o CPP tivessem sido simplesmente descartado sem um substituto, porque as usinas que ficarem mais eficientes serão mais competitivas, mas esse efeito não deverá se sobrepor a ascensão contínua do gás e das energias renováveis.

Enquanto o CPP tentou afastar os Estados americanos da geração de energia pela queima de carvão e encaminhá-los para as energias renováveis, o novo plano se concentra no controle de emissões em usinas individuais, tornando-as mais eficientes. Ele oferece aos Estados a capacidade de estabelecer seus próprios padrões, exigindo melhorias tecnológicas.

Os Estados terão até três anos para implementar seus planos, e se eles não produzirem planos aceitáveis para a EPA até lá, um plano federal poderá ser imposto depois de outros três anos.

As propostas da EPA foram bem recebidas pelo setor de carvão. Michelle Bloodworth, presidente da American Coalition for Clean Coal Electricity, disse que "em contraste com o ilegal CPP, a proposta da EPA é baseada numa leitura correta da Lei do Ar Limpo".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2018

Seção: Opinião

Autor: Marcelo L. Lima

Título: Leilão de carvão é um retrocesso

São os leilões de energia nova que definem o futuro da matriz elétrica brasileira e, se depender das regras atuais, ela pode ficar ainda mais suja, cara e ineficiente. Enquanto o mundo mobiliza esforços pelo fim da queima de carvão mineral para eletricidade, nosso governo insiste em permitir sua expansão. No dia 31 ocorrerá o leilão A-6 para a contratação de projetos de geração de energia elétrica, com início de operação previsto para 2024 e, na contramão do mundo, duas novas usinas termelétricas a carvão poderão ser contratadas.

No âmbito global, a discussão sobre descarbonização tomou fôlego, em 2015, na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CoP 21), em Paris. De acordo com a Climate Analytics, em vias de restringir o aquecimento global aos parâmetros do acordo, é necessário um descomissionamento (phase-out) de todas as térmicas a carvão do mundo até 2050. Este combustível fóssil é o mais intensivo em carbono que existe.

Já em 2017, 19 países e diversos Estados anunciaram uma aliança pelo encerramento de seus programas a carvão até 2030, entre eles Reino Unido, França, Canadá, Portugal e México. Em 2018, foi a vez do Chile anunciar um plano nesse sentido, no qual o mineral responde por 35% da geração elétrica; na Alemanha, uma comissão foi formada em julho para definir um prazo para o fim do carvão, que representa hoje 40% da matriz elétrica do país.

O leilão A-6 apenas escancara o absurdo de um país com potencial de protagonismo em questões ambientais apostar em uma fonte tão ultrapassada, enquanto países que dependem do carvão discutem o seu fim. A contradição aumenta se analisamos as vocações de geração de energia do Brasil. Segundo relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), temos condições naturais extremamente favoráveis para fontes renováveis modernas - nosso potencial eólico e solar, figuram entre os maiores do mundo; por outro lado, nosso carvão mineral é dos menos eficientes, com alto teor de enxofre e relativamente baixo poder calorífico. Também chamado de hulha, este tipo de carvão foi o motor da revolução industrial do século XVIII.

A importância da diversificação da matriz é lugar comum entre especialistas. Fontes renováveis, principalmente eólica e solar, têm como característica a complementaridade entre si e apresentam aumento de rendimento em períodos secos, como nas atuais estiagens, que representam a maior ameaça à segurança energética no país, ainda muito dependente de fontes hidráulicas.

Já passou da hora de o governo decidir se seguiremos absorvendo investimentos externos para projetos poluentes de países que já investem na transição energética, como a China, ou se tomaremos as rédeas de um futuro limpo e renovável, de menos impactos ambientais

A intermitência das renováveis ainda é colocada como empecilho para sua expansão, argumento enfraquecido se consideradas as possibilidades de parques híbridos entre solar e eólica, redes de transmissão inteligentes e o rápido avanço no mercado de baterias de íon-lítio, para citar alguns exemplos. Por outro lado, a propalada resposta rápida de algumas "fontes firmes", em casos de urgência é superestimada. As usinas nucleares levam até um dia entre sua partida e a entrega de energia ao sistema e as térmicas a carvão são pouco flexíveis: seu tempo de partida chega a seis horas, muito acima das demais, de

acordo com dados da International Energy Agency (IEA), em 2012. Em outras palavras, usinas a carvão são opções pouco eficazes em termos de reserva de carga.

Se a incoerência de insistir em termelétricas a carvão ainda não ficou clara para o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) esse já é o entendimento desde 2016, quando deixou de financiar empreendimentos desta fonte. A instituição financeira mostra estar em linha com as diretrizes do Banco Mundial, que restringiu estes investimentos em 2013 em resposta aos esforços globais de mitigação às mudanças climáticas. Politicamente, no entanto, seguimos olhando para trás.

Já passou da hora de o governo decidir se seguiremos absorvendo investimentos estrangeiros para projetos poluentes de países que, internamente, já investem na transição energética, como a China, ou se tomaremos as rédeas de um futuro limpo e renovável, de mais e melhores empregos no setor elétrico, menos impactos ambientais e tarifas vantajosas aos consumidores. Temos as melhores condições para tal, falta apenas vontade política e o estabelecimento de metas ambiciosas como, por exemplo, uma data para o fim do carvão, que leve em conta um plano de transição justa dos empregos do setor para o crescente mercado de renováveis.

A próxima Conferência do Clima (CoP 24), em Katowice, na Polônia, acontece no fim deste ano. Haverá discussões importantes sobre o uso do carvão, já que a cidade é uma das maiores produtoras mundiais do mineral, e essa pode ser uma ótima oportunidade para que o Brasil se posicione sobre o tema.

Enquanto países que hoje dependem do carvão anunciam seu fim até 2030, a contratação de uma usina no leilão A-6 assegurará sua operação até 2049. Segundo o Instituto Energia e Meio Ambiente (IEMA), a entrada em operação de um dos empreendimentos cadastrados no leilão, a UTE Ouro Negro, localizada na região de Candiota/RS, aumentará em 7% as emissões de CO₂ da matriz elétrica no país e para 70% a demanda de água da região - já com escassez hídrica - para uso nas térmicas. Daí a urgência em falarmos sobre o assunto: para que o investidor perceba o risco financeiro; o governo, o risco político; e a população, os diversos riscos que o carvão representa para o futuro. Precisamos falar mais sobre tema tão caro à saúde desta e das próximas gerações, ao meio ambiente e ao bolso do brasileiro. Mais do que isso, precisamos de comprometimento do Estado.

No cerne do momento político do Brasil está a discussão de que país queremos, e a qualidade da matriz energética é fundamental nos rumos do desenvolvimento que teremos. Se optarmos pelo caminho da soberania,

eficiência e sustentabilidade, o carvão já não é uma opção, e uma matriz limpa e justa só será possível por meio de compromissos claros nesse sentido. Que tal começarmos por barrar a expansão da fonte de energia elétrica mais poluente do mundo?

Marcelo Laterman Lima, geógrafo, mestre em Ciências Ambientais, é especialista em energia do Greenpeace Brasil

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Siderúrgicas decidem ir à Justiça para impedir corte no Reintegra

Quase três meses depois de praticamente perder o Reintegra, mecanismo que compensa resíduos tributários da exportação, o setor do aço vai entrar na Justiça para tentar reaver o programa. As siderúrgicas já começaram a formalizar os processos judiciais e o Instituto Aço Brasil, que as representa, entrará com um pedido global questionando a decisão do governo no Supremo Tribunal Federal (STF).

No fim de maio, em meio a uma rodada de corte de custos no orçamento da União, o governo federal decidiu reduzir a alíquota do Reintegra, dos 2% de então para 0,1% das receitas - na prática, acabou com o benefício. Há anos, em meio a uma das piores crises de sua história, a siderurgia pleiteava o máximo permitido por lei, de 5%, mas alegava que o resíduo tributário atende por 7% das exportações.

Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Aço Brasil, anunciou a decisão de finalmente judicializar a questão, algo com que acenava desde a decisão do governo, durante entrevista coletiva ontem no primeiro dia do Congresso Aço Brasil 2018.

Segundo Lopes, esse é apenas um dos fronts de atuação para o setor em relação ao mercado externo. Outro é lutar para conseguir revogar a suspensão da tarifa antidumping aprovada - e logo após engavetada - pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) sobre aços laminados da China e da Rússia. Ele crê que ainda no governo Michel Temer isso será possível.

No evento, Sérgio Leite, presidente da Usiminas, assumiu o posto de presidente do conselho diretor do Aço Brasil, antes ocupado por Alexandre Lyra, que comanda as operações da fabricante de tubos Vallourec no Brasil. Leite

externou outra preocupação da siderurgia quanto a exportações: o câmbio. Para ele, o dólar próximo de R\$ 4, como agora, acaba se tornando mais prejudicial do que benéfico.

O ideal, segundo o executivo da Usiminas, seria uma faixa entre R\$ 3,50 e R\$ 3,70, para que a inflação de custos com matérias-primas do aço, que são dolarizadas, não pesasse na conta. "Mas o mais importante é que haja estabilidade. Quando o dólar estava a R\$ 3,20, mas mantinha-se em nível próximo, era melhor do que a volatilidade atual", declarou.

Lopes e Leite, contudo, são unânimes em eleger o mercado interno como grande motor da recuperação do aço no Brasil. Um setor que consome muito o material e precisa se aquecer, opinam, é o de infraestrutura. Para o presidente da Usiminas, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) é positivo nesse sentido, mas só deve começar a sair no ano que vem.

Além disso, apesar de no começo o capital estrangeiro ser essencial para o financiamento desses projetos, ao longo do tempo a iniciativa privada local e até o poder público têm capacidade de participar, comentou Leite.

O congresso teve a participação do presidente Michel Temer, que "saudou" a recuperação da indústria siderúrgica. De janeiro a julho, a produção de aço bruto cresceu 3,4% no país, em comparação anual, para 20,22 milhões de toneladas, e o consumo aparente - vendas internas mais importações - subiu 9,7%, para 11,9 milhões de toneladas. "Estive no congresso no ano passado e desde então o setor começou a melhorar. Tenho certeza que seguirá crescendo, apesar dos desafios", afirmou Temer na abertura do evento.

O Aço Brasil, no entanto, crê que a retomada não está no ritmo desejável. O consumo aparente dos 12 meses até julho, de 20,23 milhões de toneladas, ainda é 29% menor que o recorde histórico da categoria, de 26,1 milhões de toneladas em 2010. A greve de caminhoneiros ainda freou a recuperação e foi um dos motivos pelo instituto ter reduzido suas previsões no mês passado.

Outro assunto muito discutido durante o primeiro dia do congresso, que termina hoje, foi a assimetria de competitividade entre o Brasil e países fortes na siderurgia. Leite chegou a pedir diretamente para Temer que prestasse atenção à desindustrialização brasileira e aos perigos da "abertura comercial unilateral".

"Quem quer que seja presidente [após as eleições], nossa reivindicação é que dê atenção para a indústria", afirmou Lopes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/08/2018**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Replan segue parada

As operações da refinaria Replan, de Paulínia (SP), continuaram paradas ontem e sem previsão de normalização, informou o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo. De acordo com o Sindipetro Unificado, duas unidades foram afetadas pela explosão e o incêndio ocorridos na madrugada de segunda-feira. A entidade informou, ainda, que uma comissão foi instaurada para investigar as causas da explosão, que não deixou feridos. A explosão ocorreu em uma unidade de craqueamento (processo que transforma as partes mais pesadas e de menor valor do petróleo em moléculas menores, dando origem a derivados mais nobres).

Retorno de Angra 3

A Eletrobras espera que sejam retomadas as obras de Angra 3 em 2020, afirmou ontem o presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior. Segundo ele, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve definir no fim de setembro o modelo para a retomada da construção da terceira usina nuclear brasileira, de 1.405 megawatts (MW).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/08/2018**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia | De São Paulo**Título:** Distribuidoras reportam alta no consumo no 2º tri

O consumo de energia continuou se recuperando no país entre abril e junho, apesar da greve dos caminhoneiros e do aprofundamento da crise econômica no período. A demanda por energia no país ainda está muito próxima dos níveis de 2015, antes do aprofundamento da recessão, mas os números indicam que o pior já ficou para trás.

Levantamento feito pelo **Valor** com os resultados das principais companhias de distribuição de energia do país mostra que houve crescimento de 3,2% no

consumo total de energia das distribuidoras. No mercado cativo, na qual as distribuidoras recebem pela energia vendida e pelo serviço prestado, a alta no consumo foi de 1%. O volume total distribuído considera também os consumidores livres, que remuneram as concessionárias pelo uso da rede (a chamada tarifa fio), mas não pela energia comprada.

Nos últimos anos, as distribuidoras sofreram um golpe duplo. Ao mesmo tempo em que a crise pressionou o consumo de energia em todo o país, a migração de cada vez mais consumidores para o mercado livre também reduziu seu faturamento. Desde 2017, esse movimento se atenuou, e a retomada da economia tem ajudado na recuperação dos números das empresas do setor.

Os resultados das empresas reforçam os dados consolidados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que mostram alta média de 3,5% no consumo de energia residencial no segundo trimestre do ano. Nos primeiros seis meses do ano, o consumo residencial cresceu 1,5%. Em junho, o consumo residencial subiu 1,5%, mas a indústria teve retração de 3,2%. Com isso, o indicador de consumo da EPE que inclui todas as classes de consumo caiu 0,4% na comparação anual.

O desempenho das distribuidoras também sofreu um baque em junho por causa da greve, mas o resultado do trimestre continuou positivo em termos gerais. "A melhora no consumo parece ser uma tendência, apesar da base de comparação fraca", disse um analista de um grande banco que pediu para falar sob condição de anonimato. "Parece ser uma reversão de tendência. Ou, pelo menos, a situação parou de piorar", completou.

A boa notícia é que o resultado de distribuição de energia é muito atrelado ao volume entregue aos consumidores, o que indica melhoria também nas margens das companhias. A busca por maior eficiência é outro ponto chave para que as concessionárias tenham melhoras sustentáveis em seus números, com cortes em despesas e melhora nos indicadores de qualidade do serviço.

Ao mesmo tempo em que o consumo se recuperou, as perdas esperadas pelas distribuidoras com inadimplência seguem em ritmo de retração, refletindo os esforços implementados pelas concessionárias, como mutirões de cobrança e aumento dos cortes de energia. No geral, as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) das distribuidoras, na amostra utilizada pela reportagem, caíram 21,21%, para R\$ 536,4 milhões no trimestre.

Diante do baixo crescimento do mercado, as distribuidoras têm adotado cada vez mais esforços para combater à inadimplência, reduzindo custos, e também na melhoria dos seus indicadores operacionais. A intenção é aumentar a

rentabilidade das empresas, que foi pressionada nos últimos anos em meio aos desequilíbrios enfrentados pelas concessionárias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Aneel aprova desverticalização da Amazonas Energia

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a homologação da desverticalização da Amazonas Energia, que passará a ter suas operações divididas entre distribuição (Amazonas D) e geração e transmissão (Amazonas GT). A medida abre o caminho para que a privatização da distribuidora aconteça ainda neste ano.

Em seu voto, o diretor da Aneel Sandoval Feitosa Neto ressaltou que a desverticalização foi determinada por lei, e que os requisitos para isso foram "plenamente cumpridos" no decorrer do processo.

A conclusão da desverticalização se arrastou pela falta de acordo para a transferência do contrato de compra de combustível fóssil para geração de energia da Amazonas Energia para a Amazonas GT. Eletrobras e Petrobras concordaram sobre a questão, mas faltou o aval da Cigás, distribuidora de gás do Amazonas, que alega que foi incluída tardiamente nas discussões.

Antes da homologação da desverticalização, a Amazonas D e a Amazonas GT firmaram um acordo na qual a geradora se comprometeu a reembolsar a distribuidora pelas despesas com compra de combustíveis, garantindo a neutralidade econômica para a concessionária. Isso cumpriu os requisitos exigidos pela Aneel para concluir a desverticalização.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, comemorou a decisão da Aneel. "Não há mais pendências para [a realização do] o leilão", disse o executivo a jornalistas, após participar de reunião da Apimec, no Rio. Ele disse acreditar que, após a decisão da Aneel, a Cigás assinará o acordo da transferência do contrato de combustível. O leilão de privatização da distribuidora está marcado para 26 de setembro.

Na semana passada, a Cigás questionou o entendimento da Aneel sobre a possibilidade de homologar a desverticalização sem a cessão do contrato de combustível. Em carta enviada à diretoria da agência, o presidente da distribuidora de gás, Heraldo Beleza da Câmara, pediu que o órgão regulador se

abstivesse de decidir sobre a conclusão da desverticalização sem que as implicações do contrato sejam analisadas e decididas, "bem como as consequências e riscos para todos os envolvidos".

"Uma tal decisão importará na configuração de uma situação peculiar no Estado do Amazonas, ora interligado: o agente gerador não possuirá o contrato do combustível necessário à sua operação e o agente de distribuição, por sua vez, permanecerá com o contrato. Contudo, não poderá comercializar o insumo, por não possuir legitimidade para a atividade e do qual não se necessita para a mesma. Pergunta-se: quais as implicações de eventual decisão no sentido propugnado, inclusive quanto ao pagamento do preço do gás que vier a ser fornecido?", questionou Câmara no documento.

Em seu voto, o diretor da Aneel, contudo, disse que o receio da Cigás "não procede", pois o contrato entre a Amazonas D e a Amazonas GT já garante o repasse de eventuais diferenças de preço do combustível. "Por fim, destaco que a conclusão do processo de desverticalização permitirá que a Amazonas Distribuidora continue fazendo jus ao recebimento dos pagamentos referentes à Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), sem os quais não seria viável manter a operação da empresa", diz o voto do diretor Feitosa Neto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2018

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Camila Maia | De São Paulo

Título: Gestora GTIS escolhe o Brasil para estreia em energia

A gestora americana de private equity GTIS atua há 13 anos com investimentos exclusivamente em ativos imobiliários, como prédios de escritórios e hotéis. Este ano, resolveu abrir uma nova frente e escolheu fazer isso no mercado brasileiro. A GTIS tem R\$ 5 bilhões em imóveis e hotéis no Brasil e agora está levantando seu primeiro fundo dedicado à infraestrutura.

Há um mês, contratou Eduardo Klepacz, ex-presidente da empresa de energia Cubico, para comandar a área e já começou a buscar projetos especialmente na área de energias renováveis e infraestrutura tecnológica. A gestora quer levantar pelo menos US\$ 400 milhões, segundo o **Valor** apurou. A GTIS não fala sobre valores.

Diferentemente de outras gestoras de private equity com investimento no setor, a GTIS pretende ter uma equipe especializada, incluindo engenheiro de projetos e ambiental, participando diretamente da gestão das plantas.

"Queremos ter atuação forte em todas as fases, com gestão verticalizada e integrada", afirma Klepacz.

Na Cubico, o executivo acumulou experiência na gestão de ativos de geração de energia renovável, principais negócios avaliados agora também na GTIS. Depois de tirar férias no Alasca entre o pedido de demissão e a entrada da gestora americana, o executivo passou as últimas semanas com uma agenda intensa de reuniões com empresas e investidores, trocando cartões em eventos do setor para apresentar a nova área da GTIS e planejando sua futura equipe.

Além da área de especialidade de Klepacz, a gestora se interessa ainda em investir em termelétricas e transmissão de energia. "O foco é em ativos reais e de longo prazo", diz. A GTIS vê grande espaço para investimentos em infraestrutura nos próximos anos, dada a necessidade brasileira no setor e a oportunidade de ainda ter bons retornos - o que explica a escolha pelo Brasil para a estreia no novo segmento de atuação.

Como vantagem competitivas do Brasil, ele cita a regulação favorável, com previsibilidade, por exemplo, sobre a realização de novos leilões. Além disso, as fontes renováveis são muito competitivas, com eficiência elevada, e previsão de crescimento da demanda ao longo dos próximos anos.

De acordo com o executivo, isso pode se dar por meio da aquisição de projetos existentes e também no desenvolvimento de novos ativos. Para o executivo, "bons projetos" não têm problema de financiamento, mas ativos que tenham contratos de venda de energia no longo prazo atrelados são ainda mais interessantes.

O modelo de negócio, avalia o executivo, será o diferencial da GTIS na competição com outros fundos e investidores estratégicos que também aumentaram o apetite por infraestrutura. A gestora australiana Macquarie, por exemplo, está olhando uma série de ativos de infraestrutura e fechou, há cerca de um mês, uma parceria com o Banco Modal para a busca de ativos, segundo o **Valor** apurou. O banco tem uma parceria semelhante com o grupo chinês China Communications Construction Company (CCCC), que comprou a Concremat Engenharia e um terminal portuário no Maranhão, e avalia novas transações, como uma concessão ferroviária.

Quem também fez negócios recentes em infraestrutura e já negocia novas compras é a gestora Diamond Mountain, que comprou a Companhia Transportadoras de Gás no ano passado. O fundo de pensão canadense CPPIB - que entrou em um dos consórcios ofertantes pela Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras -, tem avaliado de perto o possível processo de venda

de participação na concessionária de rodovias CCR e também participa de duas negociações por ativos imobiliários, conforme duas fontes.

No Brasil, a maior disputa de fundos de participação e de pensão tem sido por ativos de energia. A GP Investments quer ancorar uma oferta de ações da distribuidora Light, enquanto a gestora Tarpon, que levou a geradora Ômega para a bolsa, olha novos ativos para o portfólio da companhia. O CPPIB tem olhado novos ativos de geração, na parceria com a Votorantim Energia, e também quer entrar em transmissão.

Também estão ativos nesse mercado a TPG Capital, que adquiriu linhas da Abengoa, e a gestora do banco Brasil Plural, que investiu na Celer Energia. Só no ano passado os fundos de private equity movimentaram mais de R\$ 1 bilhão em participação de empresas no setor de energia no Brasil. "O mercado de energia está mais competitivo no Brasil, mas não proibitivo. Ainda é possível conseguir bons retornos", afirma o executivo de um grande fundo estrangeiro.

No caso da GTIS, a captação de recursos é feita com investidores globais, mas por enquanto o investimento em infraestrutura será só no Brasil. Parte dos investidores financeiros que buscam ativos de infraestrutura por aqui, caso da Macquarie, tem avaliado o Brasil dentro de um mandato geral por ativos de infraestrutura na América Latina. No ano passado, foram US\$ 61,8 bilhões em transações de ativos de infraestrutura na América Latina. Uma pesquisa da Associação de Private Equity para Mercados Emergentes com investidores que detêm US\$ 358 bilhões em fundos de private equity, feita em junho, mostra que 25% quer aumentar os aportes em infraestrutura em dois anos, 6% esperavam diminuir e outros 6% iniciariam investimentos nessa área, que ainda não tinham.

MME / ASCOM .